

PLANO TERRITORIAL  
DE DESENVOLVIMENTO  
RURAL SUSTENTÁVEL - PTDRS



TERRITÓRIO  
DA CIDADANIA  
SERRA GERAL

NOVEMBRO - 2010  MINAS GERAIS

COLEGIADO TERRITORIAL/APTA/SDT/MDA



PLANO TERRITORIAL DE  
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL  
(PTDRS)

TERRITÓRIO DA CIDADANIA  
Serra Geral

Novembro - 2010

Minas Gerais

**Créditos oficiais**

PRESIDENTE DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Luiz Inácio Lula da Silva  
MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
Guilherme Cassel  
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL  
Humberto Oliveira  
DIRETORA GERAL DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL  
Fernanda Costa Corezola  
EQUIPE DA COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL  
Carlos Humberto Osório Castro  
Colmar Rodrigues Domingues  
Aico Sipriano Nogueira  
ARTICULADOR ESTADUAL DA SDT/MDA  
Rosa Crocoli  
ASSESSOR TÉCNICO DO TERRITÓRIO  
Fabrícia Alves

Elaboração  
Colegiado Territorial do Noroeste de Minas

Execução  
Associação de Desenvolvimento e Solidariedade (APTA-MG)  
FUNVALE – Fundação Vale do Gortuba – Nova Porteirinha - MG

Consultores para elaboração e consolidação do PTDRS  
Alexandre José Firme-Vieira  
Alexei Bastieri  
Rogério Delamare Coutinho Ruas  
Paula Pereira Libório

Coordenação Editorial  
Alexandre José Firme-Vieira

Capa  
Luciana Costa Leite

Realização  
Associação de Desenvolvimento e Solidariedade (APTA-MG)

Apoio  
Ministério do Desenvolvimento Agrário  
Secretaria de Desenvolvimento Territorial  
Contrato de Repasse 0.266.654-25/2008 via Caixa Econômica Federal

## Sumário

Lista de siglas e abreviações.....	05
Apresentação.....	07
O Território.....	08
O processo de Planejamento do Território.....	09
Como foi realizado o trabalho participativo?.....	10
Linha do tempo do Planejamento das ações territoriais.....	12
Diagnóstico Territorial.....	13
Identidade Territorial.....	20
Visão de Futuro.....	21
Valores e Princípios para o desenvolvimento territorial.....	22
As diretrizes principais.....	23
Eixos de desenvolvimento da Serra Geral.....	23
Projetos estratégicos e seus objetivos.....	32
Organização do Colegiado Territorial.....	36
A gestão social do PTDRS.....	37
Estratégia de Apropriação e Divulgação do Plano Territorial.....	38
Fontes de Referência para construção participativa do PTDRS.....	40
Anexos.....	42

## **Lista de siglas e abreviações**

AE – Articuladores Estaduais

AT – Assessor Técnico Territorial

CEDRS – Conselho estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CIAT – Comissão de Implantação das Ações Territoriais

CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONSAD – Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local

CONSEA-MG - Conselho de Segurança Alimentar Nutricional de Minas Gerais

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EMATER-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

GRPE - Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Promoção do Emprego

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEF - Instituto Estadual de Florestas

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

MESA – Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e de Combate à Fome

MST – Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PCT – Projeto de Cooperação Técnica

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial (do Ministério de Desenvolvimento Agrário);

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TC – Território da Cidadania

UEMG - Universidade Estadual de Minas Gerais

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

## **Apresentação**

Este documento consolidou o trabalho de planejamento territorial dos atores sociais do Território da Cidadania Serra Geral, que foi realizado entre setembro de 2009 a agosto de 2010 através de encontros (Oficinas) para qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS com a Assembléia Territorial, apresentando sistematicamente o que já foi elaborado no Território, pelos participantes da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, envolvendo diretamente o conjunto das organizações atuantes dentro do colegiado territorial, desde 2003.

Tratou-se de levantar elementos, junto ao Colegiado Territorial, que puderam contribuir para a gestão social deste Território da Cidadania, definindo o conjunto de estratégias para o desenvolvimento sustentável, seus eixos orientadores, proposição de projetos dinamizadores, com base nos diagnósticos partilhados e debatidos socialmente, em dados secundários, que tiveram efeito em congregar para o Colegiado do Território uma Visão de Futuro, estreitamente ancorada na Identidade das pessoas. Isso passa por aproveitar as oportunidades de articulação intergovernamental que estão em curso, depois de alguns anos em que os próprios atores do território vinham criticando a ausência de um debate conjunto de ações, que fossem capazes de criar alternativas para o desenvolvimento da Serra Geral, conforme citado no documento PTDRS (2006), elaborado ainda numa fase inicial da implantação, pelo Governo Federal, desta política de desenvolvimento territorial.

O Plano não conduz necessariamente a investimentos públicos, que sabemos, é de fundamental importância para o desenvolvimento das nossas atividades, na agricultura familiar e em qualquer outra, mas muito mais do que isso, ele inclui os compromissos dos atores sociais em geral e não só dos atores públicos. Para nós, o PTDRS é o principal instrumento de apoio a gestão social por parte do colegiado que construímos ao longo desses anos dentro do espírito democrático.

Para esse apoio ser efetivo, buscamos dentro do Plano a realização dos seguintes OBJETIVOS:

- Orientar os programas, projetos e ações de desenvolvimento rural sustentável no território
- Servir de instrumento de negociação e diálogo com as instituições promotoras do desenvolvimento territorial
- Monitorar ações ou planos do desenvolvimento territorial bem como seus atores sociais e políticos

Para isso, em cada uma das Oficinas realizadas na qualificação do PTDRS dávamos um passo, alcançando gradativamente os objetivos abaixo.

- Objetivo geral
  - Realizar um processo participativo para qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)
- Objetivos específicos
  - Apresentar os passos para qualificação do PTDRS segundo orientação da SDT/MDA para Fortalecer o Colegiado
  - Consolidar o diagnóstico para a qualificação do PTDRS
  - Definir estratégias para o trabalho de qualificação do nosso Plano Territorial
  - Apontar a Identidade Territorial
  - Identificar a Visão de Futuro (missão e propostas)
  - Definir princípios e valores
  - Avaliar e reorganizar os eixos de desenvolvimento do Território
  - Indicar programas/projetos estratégicos

- Indicar e construir a estrutura para o Sistema de Gestão do PTDRS

A mudança de Território Rural (também considerado como território de identidade na política federal) para Território da Cidadania da Serra Geral criou a necessidade de atualizarmos os eixos do desenvolvimento territorial, pois a política que atualmente o respalda é mais ampla no que tange o governo, sobretudo na esfera federal, já que engloba ações interministeriais que devem ser incluídas no planejamento, ou seja, o Território ampliou seu leque de debates e com isso precisa ampliar seus temas de trabalho que estão representados pelos eixos.

## **O Território**

Localizado geograficamente no Norte ao Norte de Minas Gerais, o Território Serra Geral é composto por 16 municípios, sendo eles: Manga, Espinosa, Mamonas, Monte Azul, Gameleiras, Mato Verde, Catuti, Serranópolis de Minas Gerais, Porteirinha, Pai Pedro, Nova Porteirinha, Janaúba, Verdelândia, Jaíba, Riacho dos Machados, Matias Cardoso. o Norte de Minas compreende a região à direita do rio das Velhas, a Oeste do rio Jequitinhonha, à esquerda do rio Paracatu, polarizada por Montes Claros, quase toda incluída na área mineira da SUDENE. Sua área mede aproximadamente 120.701 Km<sup>2</sup> de extensão, correspondendo acerca de 20,5% da área total do estado. O Território da Serra Geral localiza-se em sua totalidade no Norte de Minas e possui uma área de 20.513, 30 km, cuja população total é de 160.184 habitantes (Censo 2000, IBGE). Apresenta densidade demográfica de 13,5 hab/Km e índice de urbanização de 58%. Entretanto, Janaúba deve ser destacada como cidade pólo, cujos índices destoam dos demais municípios que compõem o território.

Numa economia que muito se assemelha à do Nordeste mineiro, principalmente no tocante à diversificação da estrutura produtiva, com ênfase na industrialização de alguns municípios e na instalação de grandes projetos agropecuários, a partir dos incentivos estatais via SUDENE, tem uma articulação econômica e social com o Nordeste de Minas desde o período colonial, como extensão da economia açucareira. As evidências sustentam que

o povoamento desta região está intimamente relacionado à expansão da pecuária que se interiorizava pelo rio São Francisco acima, e também aos bandeirantes, baianos e paulistas, que, a partir dos séculos XVI e XVII, começaram a desbravar o interior do Brasil, com a finalidade de reconhecer e de se apossarem das terras descobertas, bem como de explorar suas riquezas naturais, principalmente o ouro e as pedras preciosas.

Relativamente isolado do resto do país, o Norte de Minas Gerais caracteriza-se por uma região semi-árida com um misto de economia agrária e pecuária, voltada para um mercado local e regional, cuja população há décadas assiste a um forte grau de pobreza econômica. A tarefa de controlar uma área tão vasta e de ocupação esparsa era extremamente difícil. As tentativas de controle estatal e econômico levaram a várias revoltas. A mais importante delas foi a chamada Sedição de 1736 ou Motim do Sertão.

O território da Serra Geral é cortado por várias rodovias, dentre as quais se destacam as MG 122, interligando o Norte de Minas a Bahia; a BR 401, estrada da produção, que liga Jaíba a Janaúba, sendo ambas pavimentadas. Além das rodovias citadas, o território é cortado por uma série de estradas vicinais, não pavimentadas. Também é cortado por três importantes rios: o Rio Gorutuba, o Rio Verde Grande e o Rio São Francisco. De uma forma geral, o clima da região é caracterizado por dois regimes distintos, o inverno e verão. O inverno é marcado pela ausência de chuvas, devido à retração da massa equatorial continental, com isso a massa tropical atlântica apresenta maior poder de penetração, dificultando a ocorrência de precipitações, devido ao deslocamento da umidade para maiores alturas, conseqüentemente, provocando condições de instabilidades. Quanto ao verão é caracterizado por ocorrência de precipitações provocadas pela massa equatorial continental, normalmente por chuvas intensas, acompanhadas de trovoadas e mal distribuídas, variando de 750mm a 1250mm, havendo acúmulo de déficit hídrico bastante significativo ao longo do ano, o que caracteriza a região como semi-árida. Para maiores informações sobre a caracterização do território recomendamos a consulta de dois documentos de referência: o Estudo Propositivo (2006) e GESTAR (2006).

### **O processo de Planejamento do Território**

No ano de 2005, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), elaborou um documento junto ao território, intitulado PTDRS. No ano de 2006 a Plural Cooperativa, entidade contratada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Desenvolvimento Territorial para elaboração e qualificação de PTDRS, fez um documento para subsidiar as discussões junto ao Colegiado Territorial. Cabe lembrar que o Relatório de Qualificação (2006) teve como ponto de partida informações secundárias obtidas em materiais já produzidos sobre o território em órgãos oficiais, como IBGE e outros. Além disso, a Plural Cooperativa desenvolveu no referido relatório uma análise com uma série de indicadores que ampliam a reflexão no sentido do desenvolvimento territorial.

Em 2010 foi realizado pela APTA-MG um ciclo de oficinas territoriais para qualificação do PTDRS. Nesses eventos, os participantes foram os representantes do Colegiado Territorial e os parceiros que apóiam a estratégia territorial como modelo de desenvolvimento sustentável. A primeira oficina aconteceu em março no município de Janaúba – MG, com a presença de 56 pessoas. Em abril houve oficina territorial em Porteirinha – MG e teve a participação de 73 pessoas de diferentes municípios e organizações, sendo a terceira oficina realizada em julho no município de Janaúba – MG com a presença de 46 pessoas.

A quarta e última oficina do processo de qualificação do PTDRS- Serra Geral aconteceu três semanas após a terceira oficina, devido prazo acordado entre APTA, Articuladora Estadual e Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

Durante a oficina anterior, decidiu-se a realização da oficina de validação em Monte Azul nos dias 10 e 11 de agosto de 2010.

Dentre os municípios presentes, o município com maior número de representantes foi Monte Azul, que apresentou 16 participantes (31% do total), 11 desses representantes do poder público. Sugere-se que o município sede buscou envolver as diversas Secretarias e entidades públicas neste evento. Alguns dos representantes do poder público local não puderam participar continuamente das atividades, mas puderam aproximar das propostas do Território. A média de participantes por município foi 3 pessoas.

Não foram representados por suas entidades os municípios de Nova Porteirinha e Gameleira. Esteve presente uma entidade regional com sede em Montes Claros, a Sempre Viva Organização Feminista- SOF.

Em relação a questão de gênero houve maioria masculina. Dentre os presentes 72% eram homens e apenas 28% em média eram mulheres. A participação de comunidades específicas como indígenas e quilombolas permaneceu pequena, semelhante às outras oficinas, notando-se presença de representante de Assentamento da Reforma Agrária.

Quanto à pluralidade, que pressupõe a representação das diferentes organizações, houve participação de: Entidade religiosa, Associação, Sindicatos, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, Organizações Não Governamentais (ONGs), Empresas públicas, Prefeituras e suas Secretarias, Ministério do Desenvolvimento Agrário (Anexo 1: Lista de Participantes). Dentre as organizações presentes, prevalece os Sindicatos Rurais, os CMDRS e as Prefeituras Municipais. Dentre os participantes 28 (53%) representavam o poder público e 25 (47%) a sociedade civil.

### **Como foi realizado o trabalho participativo?**

Partindo de um documento base sistematizado pela equipe de consultoria da APTA, elaborou-se uma minuta de PTDRS para o Colegiado Territorial estabelecer o seu PTDRS, com o aprofundamento da leitura de observações e elementos, já destacados por documentos anteriores, que contribuiu um pouco mais para o excelente trabalho já realizado até aqui pelo Colegiado do Território.

Durante as oficinas buscamos utilizar atividades que permitissem a participação de todos e todas. O objetivo era valorizar os saberes locais, a trajetória coletiva e as competências advindas do entendimento dos desafios para a agricultura familiar e o desenvolvimento territorial, construindo um documento com “a cara do Território”. Exposições dialogadas e discussões em pequenos grupos a partir de perguntas orientadoras foram as principais técnicas utilizadas, mas buscamos sempre diversificar a abordagem para mobilizar as pessoas e garantir a participação qualificada de todos/as.

Foram utilizadas técnicas de visualização móvel e dinâmicas de grupo para promover o protagonismo e a participação social dos diferentes grupos da agricultura familiar.

Com o objetivo de avaliar e fortalecer o Colegiado Territorial para a qualificação do Plano Territorial fez-se discussão com base em perguntas geradoras. A partir de aproximações aos temas: **Articulação e integração das Ações Territoriais** (Quais ações e projetos aconteceram e/ou acontecem no Território? Como estes projetos e ações se articulam visando o Desenvolvimento Territorial?, etc), **Arranjo Político Institucional Local** (Quais entidades e atores sociais locais efetivamente atuam no Território contribuindo para o seu desenvolvimento? Quais ações estas entidades realizam em prol do Território? Quais entidades efetivamente fazem parte do Colegiado Territorial?, etc) , **Representação e legitimidade** (A diversidade e pluralidade de atores locais do Território tem representação/assento no Colegiado Territorial?, Encontram-se entidades no Colegiado Territorial, que representem os jovens, as mulheres, as comunidades tradicionais?); sugerimos a reflexão sobre o papel e o funcionamento do Colegiado, assim como reforçamos a importância do Colegiado enquanto instância deliberativa máxima do Território. Esta abordagem teve o intuito de estimular a busca dessas respostas, indicando alguns “sinais”, que na medida em que foram devidamente atendidos e entendidos, poderam servir de referência à política territorial, e principalmente efetivar uma estrutura de participação, Gestão do PTDRS e o Controle Social no Território, objetivando aumentar o grau de acertos em prol do desenvolvimento territorial rural sustentável.

A utilização de momentos de Grupos de Trabalho (GT's) teve como objetivo principal, estimular a participação de todos/as, assim como proporcionar o intercâmbio, interação, a troca de informações e conhecimentos, como também sensibilizar, mobilizar e debater sobre temas e aspectos específicos de interesse e importância do Coletivo/Colegiado. Promovendo esta troca de conhecimentos entre os integrantes, as pessoas exercitaram suas capacidades de comunicação em busca de objetivos comuns e coletivos, visando também provocar discussões e reflexões que subsidiaram a proposição e a elaboração

do planejamento da gestão social do Território, bem como de propostas e projetos de apoio ao desenvolvimento territorial rural.

A **FUNVALE**, entidade local indicada pelo Colegiado e credenciada pela APTA, foi responsável pela mobilização e organização das oficinas territoriais. Parceira fundamental, principalmente nas oficinas municipais juntamente com a AT.

Foram realizadas também oficinas nos 16 municípios que compõe o Território. Tal estratégia metodológica foi sugerida pela Comissão de Trabalho e acatada pela Plenária durante a 2ª oficina territorial em Porteirinha. A APTA propôs um roteiro para auxiliar os atores locais e a Assessora Territorial acompanhou as oficinas com outros membros do Colegiado. Foram apontadas demandas locais que coincidem com o diagnóstico territorial reforçando ações nessa direção e sinalizando a boa representatividade do Colegiado. As oficinas municipais foram ainda importante maneira de aproximar os atores locais do funcionamento do território e contribuíram para divulgar a política territorial.

Para consolidação do documento final, que expressa a qualificação do PTDRS, a equipe de consultores da APTA, envolvendo coordenação técnica da entidade, mediadores, facilitadores, relatores, sistematização, conteúdo, enfim, todas as áreas envolvidas, reuniram-se periodicamente na sede da entidade em Belo Horizonte e na Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário, na mesma capital, para encaminhamentos metodológicos e de planejamento da atividade. Tais momentos contaram, quando foi necessário, com a equipe da SDT/MDA em Minas Gerais e com a diretora geral de ações de desenvolvimento territorial e a equipe da coordenação geral de planejamento territorial, em Brasília – DF.

### **Linha do tempo do Planejamento das ações territoriais**

Síntese dos principais produtos e ações ofertadas no território

Produto / ações ofertadas	Realizado por	Ano
Relatórios de Oficinas Territoriais	Colegiado	2003 -

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Serra Geral (MG)

		2008
Sala do território	Colegiado	2009
Estudo Propositivo da Dinamização Econômica	Apta	2005
Estudo de Potencialidade Econômica (EPE)	Não tem conhecimento	-
Plano Safra Territorial (PST)	Não foi realizado	-
Plano Territorial de Cadeia de Produção Cooperativa (PTCPC)	Estudo do leite – CAA Aprovado para realizar cadeia – funvale Apicultura – grande sertão (2007-2008) Banana – abanorte – abanorte	2007 e 2008
Planos de Negócios dos Empreendimentos	Não realizado	-
Bases de Serviços	PAIS (Caritas): <ul style="list-style-type: none"> <li>• PAI Pedro – 2007, não funcionou, ater</li> <li>• Janauba - 2010-03-10</li> <li>• Porteirinha, STR, ECDER</li> <li>• Semente crioula</li> <li>• PAA, STR e associações</li> <li>• Frutas nativas, Grande Sertão</li> </ul>	2007 a 2010

Síntese da linha do tempo das oficinas de qualificação

Primeira oficina territorial de qualificação Março/2010	Mobilização dos atores territoriais e Fortalecimento do Colegiado Territorial
Segunda oficina territorial de qualificação Abril/2010	Qualificação do Diagnóstico; Construção da estratégia territorial para qualificação do PTDRS (Comissão de Trabalho do PTDRS: indicação de realização de 16 oficinas municipais, como estratégia de divulgação e qualificação de demandas para a qualificação do PTDRS)
Atividades Territoriais: 16 Oficinas Municipais de qualificação Maio/2010	Oficinas Municipais: Qualificação do Diagnóstico, Visão do Futuro e Princípios
Quarta oficina territorial de qualificação Junho/2010	Consolidação da Identidade Territorial e Visão do Futuro, Revisão dos Eixos Estratégicos e identificação dos Projetos
Quinta oficina territorial de qualificação	Validação do PTDRS Forma de Gestão do Plano

Julho/2010	
------------	--

## Diagnóstico Territorial

Para a qualificação do Diagnóstico territorial, utilizou-se como ferramenta metodológica: trabalho em grupo com base nas dimensões de sustentabilidade para caracterização do território e exposição dialogada a partir dos dados sistematizados de documentos existentes. Dessa forma, conseguiu-se uma discussão mais aprofundada nos grupos e a socialização na plenária, com absorção de novas informações para a qualificação do diagnóstico. Esta metodologia foi fundamental para a valorização dos atores locais, a troca de experiência, o desenvolvimento de vínculo entre os participantes e conseqüentemente melhor apropriação da temática e maior responsabilização pelo processo de planejamento.

Após as discussões para propor linhas de ação aos problemas destacados em seu contexto de causas e conseqüências, as atividades foram finalizadas com a apresentação em Plenária, tendo como produto dos trabalhos os dados apresentados a seguir, para as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável, na abordagem territorial, a saber; **Dimensão Ambiental; Dimensão sociocultural e educacional; Dimensão socioeconômica; Dimensão Político-institucional.**

Os resultados abaixo foram obtidos a partir da reflexão coletiva dos dados do documento Relatório de Qualificação (2006), que identificou e analisou as condições disponíveis no território para seu desenvolvimento, com base nas seguintes dimensões analíticas: **indicador de capacidade econômica do território; indicador do ambiente educacional; indicador de preocupação ambiental; indicador de democratização institucional.** Analisando-se de uma forma mais geral (Relatório de Qualificação, 2006), as condições institucionais encontradas no território, a situação é extremamente problemática, já na maioria dos aspectos trabalhados, em poucos casos foram encontradas situações acima da média de referência utilizadas no referido estudo da Plural Cooperativa. Condições institucionais com evolução na media

do país e principalmente abaixo dela é o que prevalece, significando que tais aspectos merecem atenção especial das lideranças locais. Abaixo resultados do diagnóstico participativo:

Dimensões	Qualificação do Diagnóstico territorial
<p><b>AMBIENTAL:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Componentes do meio ambiente do território e seu bioma</li> </ul>	<p><b>USO DO SOLO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Solos empobrecidos. Completar: O solo é por natureza empobrecido ou foi empobrecido?</li> <li>• Aplicação abusiva ou sem orientação de agrotóxicos provocando contaminação;</li> <li>• Cultivo (fruticultura e zonas do cultivo) em margens de barragens e cursos d'água;</li> <li>• Faltam políticas para destino de lixo</li> </ul> <p><b>PROPOSTAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de Usinas de compostagem para produção de adubo orgânico;</li> <li>• Incrementar a divulgação e fiscalização do cumprimento da legislação referente a uso de agrotóxicos e equipamentos de proteção individual</li> <li>• Cobrar ação do poder público para construção de rede de esgoto e estação de tratamento.</li> <li>• Coleta seletiva [saber mais: coleta municipal ou intermunicipal?].</li> </ul> <p>Acessar políticas públicas para reciclagem de lixo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Manifesto do Colegiado em relação ao projeto já entregue a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Políticas Urbanas- SEDRU, referente ao lixo</li> </ul> <p><b>VEGETAÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desrespeito as matas ciliares;</li> <li>• Invasão das áreas de preservação permanente;</li> <li>• Desmatamento;</li> <li>• Não há respeito na APPS [o que é?] São Francisco</li> </ul> <p><b>PROPOSTA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acessar Políticas públicas de apoio para Recuperação das matas ciliares</li> </ul> <p><b>ASPECTOS HIDROGRÁFICOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Rio Garupal – Mato Verde (completar: preservado? Poluído?)</li> <li>• Rio Calindó, Rio Japoré, Rio Itacarambi</li> <li>• Rio Mosquito, Estreito, Rio Tremedal, Paciência, Rio Verde Grande, Rio São Francisco, Rio Cerrado, Rio Verde Pequeno</li> <li>• Cachoeira de Maria Rosa – Mato Verde (completar: preservadas? Fechadas? abertas e utilizadas de forma sustentável, etc..)</li> <li>• Cachoeira do Cerrado – Porteirinha</li> </ul>

- Cachoeira do Talhado – Serranópolis
- Barragens: Rio Gorutuba (Bico da Pedra).
- Projetos de irrigação implantados no território: o principal deles está localizado em Jaíba, onde há 1.450 propriedades familiares e mais de 250 consideradas empresarias. Em Nova Porteirinha, o Projeto Gorutuba beneficia quase 400 propriedades familiares (Relatório de Qualificação do PTDRS, 2006)

#### CONFLITOS

- Extração irregular de areia – presente em todos os municípios
- Exploração de minério em Riacho dos Machados contamina a Bacia do Rio Gorutuba
- Assoreamento do Rio São Francisco pelas balsas

#### PROPOSTAS

- Construção de barragens, cisternas, perfuração e instalação de poços tubulares
- Implantação de tratamento de água
- Acessar Políticas públicas de apoio para Recuperação das nascentes, rios e represas
- Capacitar e conscientizar a população em relação aos recursos hídricos
- PROPOSTA AGLUTINADORA: asp. Hídricos+ uso do solo+ Produção agrícola: Implantar programas de micro bacias

#### AÇÕES E PROJETOS DE PRESERVAÇÃO

- Implantação de parques e reservas para manutenção da vegetação nativa: Parque Estadual da Mata Seca (Manga); Parque Estadual Caminho dos Gerais (Espinosa, Mamonas, Monte Azul, Gameleira); Parque Estadual de Serranova (Rio Pardo de Minas, Serranópolis, Porteirinha e Riacho dos Machados);
- Criado o Consórcio Público de Resíduos Sólidos –GRS [Saber mais...Onde está funcionando?]
- Criado o Comitê do Rio Verde Grande, com sede no Consórcio União Geral, irá traçar metas para melhoramento da degradação ambiental
- Criado pela Promotoria do Meio Ambiente o Programa de Gestão Ambiental (PGA) e organização do conselho municipal do meio ambiente (CODEMA) [saber mais: o Codema está constituído em todos os municípios?]
- Projeto de revitalização da bacia do São Francisco em nove municípios via Emater (a Emater é a executora dos serviços?)

#### PROPOSTAS

<p><b>SOCIOECONÔMICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Organização social e econômica do território segundo suas potencialidades;</li> <li>• Atividades produtivas predominantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação da Rede Esgoto nos municípios que tem afluentes no Rio São Francisco</li> <li>• Conscientização ambiental. Incorporar no currículo escolar educação ambiental.</li> </ul> <p><b>PRODUÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A base das atividades produtivas da região provém da agricultura, especialmente a considerada de subsistência, além da fruticultura irrigada e a produção de gado, principalmente leiteiro. No entanto, há uma baixa diversificação da estrutura produtiva (Relatório de Qualificação do PTDRS, 2006).</li> <li>• A legislação sobre a reserva legal da mata seca, que proibi a retirada do bioma em 20% da área, dificulta o investimento na produção da Agricultura Familiar que se apresenta nessas áreas.</li> <li>• Patrulhas mecanizadas insuficientes para atender necessidade dos municípios</li> <li>• Apicultura</li> <li>• Artesanato</li> <li>• Projeto Jaíba: alta tecnologia para produção empresarial</li> <li>• Produção de sequeiro pouco desenvolvida</li> </ul> <p><b>PROPOSTA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementar uma linha de produção de sementes crioulas para a Agricultura familiar atendendo a demanda dos Programas do governo</li> </ul> <p><b>GADO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de alimento para o gado em época de estiagem</li> <li>• Cadeia do Leite: Produção-comercialização-processamento-gestão</li> <li>• Pecuária de corte- comercialização</li> <li>• Dificuldade de regularidade na produção</li> <li>• Existência de abatedouros clandestinos e dificuldade de criação de abatedouros municipais devido o alto custo do investimento</li> </ul> <p><b>PROPOSTAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de máquinas de pasteurização do leite</li> <li>• Capacitação em inspeção sanitária</li> <li>• Implantação do SUASA nos municípios – individual ou coletivo</li> </ul> <p><b>PROPOSTAS - FRUTICULTURA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alternativa para a Fruticultura Irrigada – diversificação da produção (agroindústria de doces e polpas)</li> <li>• Alternativas para sequeiro- Aproveitamento das frutas</li> </ul>
--	---

nativas e cultivadas- aumento da capacidade de processamento e comercialização.

#### COMERCIALIZAÇÃO

- Falta lugar apropriado para o comércio da agricultura familiar, apesar de alguns municípios terem avançado. A pouca articulação dos produtores dificulta o acesso a recursos [Saber mais sobre a contribuição das Cooperativas da Agricultura Familiar do Território (Grande Sertão, Crescer, Cristal...)]

#### PROPOSTAS

- Aumentar a demanda do Programa estadual Minas sem Fome para atender as famílias dos agricultores
- Garantir que toda a produção do território seja escoada, para merenda escolar e outras fontes, 30% de obrigatoriedade nos municípios.
- Potencializar a comercialização
- Incrementar sistema de processamento/comercialização de toda a cadeia produtiva (ex: feijão)
- Cada município levantar a potencialidade de produção e divulgar ao território para incrementar a comercialização.

#### ACESSO AO CRÉDITO

- Dificuldade de acesso ao crédito devido a burocracia dos agentes financeiros
- Endividamento e dificuldade de acesso ao crédito aos assentados.

#### PROPOSTAS

- Intensificar as negociações das dívidas contraídas
- Criar uma política nacional de acesso a crédito

#### ATER

- Assistência técnica insuficiente, principalmente em assentamentos. Os profissionais que atendem os assentamentos têm pouco conhecimento do contexto específico
- Deficiência na execução de atividades da cadeia produtiva.

#### PROPOSTAS:

- Parceria com SEBRAE e com o SENAR para oferta de capacitação
- Conscientizar o produtor da necessidade de capacitação

### PROPOSTAS - GESTÃO E POLITICAS PÚBLICAS

- Divulgação do Programa P1+2
- Manter e melhorar políticas públicas como o PRONAF, Biodiesel, etc.
- Incrementar o programa de biodiesel – Aprofundar na questão do biodiesel
- Trabalhar a gestão junto a agricultores e organizações.
- Incrementar as APLs em todos os níveis
- Criar políticas públicas que venham facilitar o processo de certificação, comercialização e implantação de fábricas, abatedouros, etc.
- Aprovação pelo Legislativo que no mínimo 2% do orçamento municipal seja investido na AF
- Redução do ICMS para produtos da Agricultura Familiar

### ESTRUTURA AGRÁRIA

- O Programa para disponibilização de energia elétrica em áreas rurais, Luz para todos, aumentou o acesso a luz, mas ainda não alcançou o planejado. Percebe-se lentidão do programa, e dificuldade logística, pois acontece a exclusão do cadastrado quando não encontrado na residência.
- Dificuldade de acesso ao técnico do INCRA
- Lentidão para regularização das áreas tradicionais: Quilombolas
- Há concentração de assentamentos de reforma agrária e crédito fundiário no território, destacando-se Manga-MG com maior quantidade de projetos, havendo mais de 500 famílias assentadas. Em Jaíba e Verdelândia são aproximadamente 200 famílias. (PTDRS, 2005)

### PROPOSTAS

- Enviar uma carta ao Ministério responsável relatando as dificuldades do Programa Luz para todos.
- Ampliação, prorrogação e agilidade para atendimento da demanda de 2010 do Programa Luz para todos

### EMPREENDIMIENTOS

- Produção de roupas

### ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO

- Apesar dos avanços conseguidos através do “Processo” (programa estadual para melhoria e pavimentação da infra-estrutura rodoviária de acesso), ainda há trechos importantes que precisam de estradas, como de Matias Cardoso à Espinosa, Januária à Brasília, Riacho dos Machados à Salinas. Além disso, a rodovia

	<p>federal BR 135, no entorno da cidade de Manga, não houve avanços.</p> <p><b>TURISMO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouca exploração do potencial turístico regional: turismo rural e ecológico</li> <li>• Pouco recurso disponível para investimento em cultura e capacitação para o turismo</li> <li>• Pouca divulgação do turismo regional</li> <li>• Criada a Associação do Circuito Turístico da Serra Geral para implementação de ações correlatas</li> </ul> <p><b>PROPOSTAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior divulgação do turismo regional</li> <li>• Abertura dos parques ecológicos para visitaçã</li> <li>• Preservação do patrimônio histórico</li> <li>• Capacitação para o turismo</li> </ul>
<p><b>SOCIOCULTURAL E EDUCACIONAL:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• História da formação dos territórios</li> <li>• Características sociodemográficas da diversidade sociocultural (há populações tradicionais? Quilombolas? Indígenas? Pescadores?)</li> <li>• Como se organizam a Educação, a saúde, ...</li> <li>• Quais características da identidade cultural.</li> </ul>	<p><b>POPULAÇÃO ESPECIFICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Associação dos Quilombolas do Vale do Gurutuba</li> <li>• Pai Pedro, Jaíba, Gameleiras, Porterinha e Nova Porterinha, Riacho dos Machados, Monte Azul, Verdelândia, Janaúba e Catuti, todos integrantes da área de confluência ou influencia, que compõem a região do “Povo Gurutubano”, remanescentes de quilombolas que totaliza uma população de aproximadamente 6.000 pessoas distribuídas em 27 povoados.</li> </ul> <p>(CAA, Programa de segurança alimentar e nutricional em comunidades remanescentes de quilombos do vale do Rio Gurutuba e Verde Grande)</p> <p><b>HABITAÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Déficit habitacional e moradias em situação precária.</li> <li>• Moradias propícias a proliferação do barbeiro.</li> <li>• Dificuldade de acesso a programas habitacionais. Burocracia para cadastro no Programa Minha Casa Minha Vida</li> </ul> <p><b>SEGURANÇA PROPOSTA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar policiamento e instalação de postos nos distritos rurais</li> </ul> <p><b>TRANSPORTE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria na implementação do transporte, mas é necessária a melhoria dos acessos e os veículos</li> </ul>

#### SAÚDE

- Dificuldade para contratação de equipe de saúde para PSF, principalmente na zona rural
- Inexistência de CTI no território
- Avanços em relação a acesso a atendimento médico e medicamentos desde o último diagnóstico.

#### COMUNICAÇÃO

- Deficiência no sinal de telefonia celular e internet, principalmente em áreas rurais

#### ESPORTE E LAZER

- Poucos espaços para lazer e prática esportiva

#### FESTAS TRADICIONAIS:

- Folia de Reis
- Festa Junina
- Pouco recurso para investimento em cultura

#### ESCOLAS E FORMAÇÃO

- Estudo diagnóstico sobre a viabilidade de uma EFA no território, não houve retorno ao Colegiado.
- Experiências exitosas em educação e formação de jovens rurais: Projeto Saberes da Terra (Porteirinha), Capacitações para Jovem Rural pela Secretaria da Juventude (Porteirinha), Escola Gerazeira (Riacho dos Machados), BBEDUCAR pela Fundação Banco do Brasil na região do quilombola do Gorutuba.
- Projetos educacionais em andamento como EJA, Cidadão Nota Dez e outros
- Deficiência no transporte escolar, devido a qualidade ou ausência de veículos e condição das estradas.
- Necessidade de ampliação de vagas em creches públicas
- Alto índice de jovens e adolescentes ociosos.
- Inexistência de cursos técnicos, profissionalizantes e escola família agrícola.
- Implantados telecentros e bibliotecas
- Há instituições de ensino superior, mas há pouca diversidade de cursos.

#### PROPOSTAS

- Reivindicar audiência pública para discussão da educação do campo
- Formar educadores e monitores
- Inclusão da temática “agricultura familiar” nas escolas

<p><b>POLÍTICO INSTITUCIONAL:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estruturas de poder nos territórios</li> <li>• Arranjo político-institucional local</li> </ul>	<p>rurais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorizar os profissionais locais</li> <li>• Criar cursos técnicos, profissionalizantes e Escola Família Agrícola</li> </ul> <hr/> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A maioria dos conselhos municipais que compuseram o Colegiado Territorial num primeiro momento, quando motivados pela integralidade das políticas do Território da Cidadania, não participam dos trabalhos e reuniões.</li> <li>• Outras entidades, como Cemig ou Copasa, participam pontualmente em projetos específicos.</li> </ul> <p><b>PROPOSTAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Incrementar o associativismo e cooperativismo no Território</li> <li>• Dinamizar o consórcio União Geral</li> <li>• Criar o CONSAD com caráter de consórcio público</li> </ul>
---	--

Fonte: Validação da Qualificação do PTDRS em plenária, 2010.

### Identidade Territorial

O nosso território é a Serra Geral, das Minas Gerais, onde vive um povo hospitaleiro, resistente, solidário, persistente, corajoso... Somos a Agricultura Familiar; que produz leite; que tem a economia rural solidária, com manifestações culturais, festas juninas, muita alegria de viver aqui, juntando a sabedoria popular e conhecimento tradicional para conviver com o semi-árido.

É Território de Diversidade, do Rio Gorutuba, da Bacia do Rio Verde Grande, que junta o Semi-árido e a Caatinga, que se preocupa com a preservação do meio ambiente.

### Visão de Futuro

Nossa visão de um futuro com organização social e fortalecimento do nosso colegiado passa pela afirmação de onde queremos chegar com cada instrumento de gestão social, destacando:

### PTDRS

- ✓ Que o Planejamento territorial seja feito a partir das bases e preocupe com a sustentabilidade
- ✓ Que as ações priorizem as demandas diagnosticadas e tenham Foco territorial
- ✓ Que seja um Instrumento de gestão e Controle social
- ✓ Associativismo de verdade com fortalecimento do coletivo
- ✓ Capacitar e apoiar Associações e Cooperativas
- ✓ Formar pessoas
- ✓ Formar gestores para empreendimentos sustentáveis

### **Colegiado**

- ✓ Colegiado mais autônomo com menor influencia partidária
- ✓ Consolidar o Colegiado: ocupação das cadeiras vazias e Participação dos 16 municípios
- ✓ Políticas públicas territoriais passando pelo Colegiado e CMDRS
- ✓ Maior troca de experiência
- ✓ Divulgação do Território da Cidadania Serra Geral
- ✓ Maior interação Poder Público e Sociedade Civil
- ✓ Quitação dos municípios com o Consórcio União Geral, pois este é o proponente dos Projetos territoriais
- ✓ Efetivar as comissões temáticas
- ✓ Fortalecer as entidades
- ✓ Reconhecimento dos atores sociais
- ✓ Melhoria da oferta de água
- ✓ Melhorar tecnologia de convivência com o Semi-árido

- ✓ Consciência e incentivo ao Agricultor Familiar para preservação ambiental
- ✓ Organização de Cadeias Produtivas
- ✓ Subsídio para culturas
- ✓ Geração de emprego através da instalação de Indústria
- ✓ Reconhecimento efetivo das Comunidades tradicionais
- ✓ Atenção as demandas das mulheres, jovens, quilombolas, gerações, caatingueiros, pescadores tradicionais
- ✓ Sistema de educação qualificado
- ✓ Valorização da educação do campo

### **Valores e Princípios para o desenvolvimento territorial**

Os valores que temos em nossa vida social, demonstram para nós de onde parte nossa força para que o desenvolvimento sustentável seja uma realidade em nosso território, partilhando de princípios fundamentais para nossa vida e crescimento enquanto cidadão.

- ✓ Solidariedade
- ✓ Equidade
- ✓ Ética
- ✓ Ética na Política
- ✓ Honestidade
- ✓ Respeito
- ✓ Respeito à vida
- ✓ Comprometimento

- ✓ Generosidade (no sentido de justiça)
- ✓ Diversidade
- ✓ Sustentabilidade
- ✓ Democracia
- ✓ Sabedoria

### **Eixos de desenvolvimento da Serra Geral**

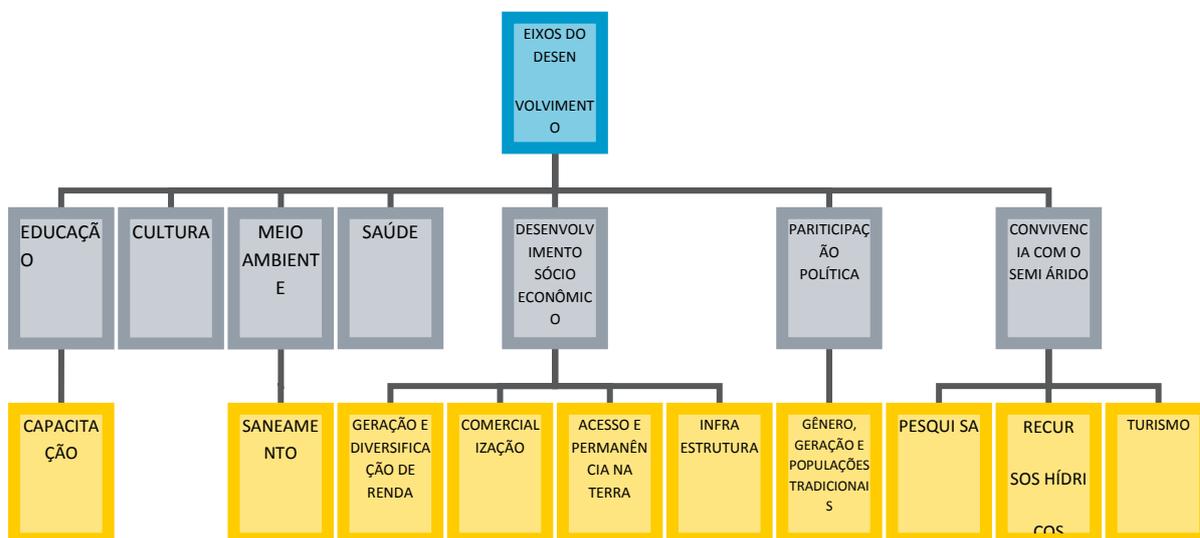
Pensamos os eixos de desenvolvimento de forma ampla, não optamos por juntar eixos importantes em eixos aglutinadores porque tememos que ao fazer isso correremos o risco de dar uma importância menor a aspectos fundamentais para o nosso desenvolvimento. Por exemplo o eixo recursos hídricos poderia estar no eixo aglutinador meio ambiente, mas entendemos que os dois são eixos dinamizadores, com alto grau de relevância, um não podendo estar dentro do outro. A seguir os nossos eixos do desenvolvimento territorial:

- 1) Recursos Hídricos
- 2) Meio ambiente
- 3) Educação
- 4) Cultura
- 5) Acesso e permanência na terra
- 6) Saúde
- 7) Saneamento
- 8) Infra-estrutura
- 9) Geração e diversificação de renda
- 10) Comercialização

- 11) Convivência com o semi-árido
- 12) Capacitação
- 13) Participação política
- 14) Turismo rural
- 15) Pesquisa
- 16) Gênero, geração e populações tradicionais

## RESUMO DOS EIXOS DE DESENVOLVIMENTO VALIDADOS

De qualquer modo, fizemos um exercício aglutinador sobre os eixos do desenvolvimento, expresso abaixo.



## ANÁLISE COLETIVA DOS EIXOS TEMÁTICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SERRA GERAL

Eixo Aglutinador	Limitações	Linha de Ação
<b>Infra-estrutura</b>	Comunicação deficiente	Negociações institucionais para implantação Telefonia rural Todos os municípios tem cobertura de celular, mas a necessidade de ampliação das torres com acesso a internet. Ampliar alcance de sinais de celular nas comunidades rurais

	<p>Energia Elétrica não disponível Tem caminhado, mas não alcançou o planejado. Ampliação ou prorrogação; agilidade para atender a demanda em 2010. Cadastro realizado pela emater, mas exclusão do processo por ausência de proprietário; Lentidão do programa</p>	<p>Negociação institucional para agilização e implementação do programa luz para todos O programa deve Executar o planejado e solicitar a formação das equipes de instalação em todos os municípios. Sugestão: carta para ministério</p>
	<p>Redução dos valores das tarifas e do ICMS cobrados pelo uso da energia elétrica nas atividades agropecuárias. Redução do ICMS para todos os produtos da AF</p>	<p>Negociações institucionais, para redução das tarifas Redução das tarifas Incentivar novas tecnologias de irrigação Eliminação da tarifa de ICMS</p>
	<p>Dificuldade no escoamento da produção e na mobilidade dos agricultores familiares Não mudou nada no município de Manga; não tem havido progressos, uma vez de a rodovia é federal e não estar sendo assistida pelo governo federal, a maior parte das estradas rurais existente em manga estão ligadas a BR 135. a construção, manutenção e conservação de estrada facilita o acesso a escolas, serviços de saúde e escoamento de produção</p>	<p>Negociações institucionais, para construção, manutenção e conservação de estradas, pontes, mata-burros nas estradas vicinais e asfaltamento das estradas intermunicipais. PROACESSO- atendeu as ligações dos municípios, é preciso ainda trabalhar estradas importantes para o escoamento da produção e estradas vicinais – Matias Cardoso/Espinosa - Januária-Brasília – Trevo de Sto. Antonio do Retiro a Rio Pardo- Riacho dos Machados a Salinas. Ainda há necessidade de avanços</p>
	<p>Inexistência de Agência bancária Todos os municípios têm acesso pelo menos a caixa aqui ou Bradesco no correio</p>	<p>Negociações institucionais para abertura de agências postos bancários, de preferência a nível de cooperativa de crédito Avanço importante, mas alguns municípios ainda têm pouco acesso</p>
	<p>Sanidade da carne consumida nos municípios comprometida pelo processo de abate Existem muitos abatedouros clandestinos</p>	<p>Construção de abatedores Sugestão: abatedouro intermunicipais com utilização de recursos públicos</p>

<b>Infra-estrutura</b>	<p>Inexistência e deficiência de local apropriado para o comércio dos produtos da agricultura familiar. Ainda há precariedade em vários municípios, principalmente pela desorganização dos produtores</p>	<p>Organização e reorganização, construção e/ou reforma de mercado local, com transporte de produtos, bem como infra-estrutura para armazenagem e conforto para os agricultores familiares Alguns municípios foram contemplados, mas muitos ainda não acessaram recursos. Necessidade de ações para contemplar</p>
	<p>Dificuldade no preparo correto do solo</p>	<p>Aquisição, recuperação e manutenção das Patrulha mecanizada com implementos, Veículos para suporte, Retroescavadeira, Tratores, caminhão, equipamentos agrícolas, caçamba. Houve melhorias: aquisição de máquinas em alguns municípios, porém a patrulha mecanizada não aconteceu em todos os municípios, onde aconteceu foi insuficiente. Na AF, a atividade não comporta ônus financeiro</p>
	<p>Inexistência de espaços de lazer, socialização e confraternização das famílias e Deficiência de locais para reuniões e eventos das associações de agricultores familiares</p>	<p>Construção de quadras poliesportivas e campos de futebol, construção de praças e jardins, Centros Comunitários Tem acontecido em alguns municípios, mas é preciso ampliar Houve avanço, mas permanece a necessidade nas comunidades rurais</p>
	<p>Déficit habitacional, ou moradias em estado precário e nas margens dos rios Situação precária Dificuldade de acesso do agricultor a programas habitacionais Excesso de burocracia, e prazos curtos para acesso a minha casa minha vida.</p>	<p>Implantação de programa de habitação popular com: Construção, Reforma e Ampliação de moradias Expandir o Programa Minha Casa minha vida para todos os municípios do território, principalmente para a área rural É preciso Projetos para combate ao barbeiro Dar continuidade</p>

<p><b>Saúde</b> <b>Saneamento</b> Questionamento de saneamento junto com eixo ambiental</p>	<p>Atendimento médico deficiente, difícil acesso à unidade de saúde, inexistência de medicamento nos postos de saúde e deficiência no número de profissionais Falta CTI no território Dificuldade com equipe de saúde principalmente em zona rural</p>	<p>Instalação de posto de saúde para atendimento de urgência Construção de policlínica Instalação de laboratório de análises clínicas Aquisição de ambulâncias Contratação de profissionais de saúde Ampliação do programa PSF para todas as comunidades Melhoria das instalações hospitalares e aumento do número de leitos Abastecimento das farmácias municipais com medicamentos Houve avanços significativos em todos os aspectos citados Melhorar a atenção primária nos municípios principalmente nas comunidades rurais.</p>
	<p>Ausência de Saneamento Básico Destino inadequado do lixo Falta de tratamento do lixo – agilizar o processo</p>	<p>Construção de Rede de Coleta e ETE (Estação de tratamento de esgoto) Construção de aterro sanitário , Implantação coleta seletiva lixo, , Implantação usinas de reciclagem, Construção galpão para recebimento embalagem agrotóxico Cobrar ação do poder público Coleta seletiva Sugestão de Dinilton: manifesto pq o projeto está parado na sedru</p>
<p><b>Meio Ambiente</b></p>	<p>Degradação ambiental Avanço: Comitê da Bacia Rio Verde Grande estará traçando metas para o melhoramento da degradação ambiental</p>	<p>Preservação de nascentes Trabalhar planejamento e controle de retirada areia dos rios Fortalecimento e criação de CODEMAS Recuperação de matas ciliares e áreas degradadas Promover integração das ações dos órgãos que atuam no meio ambiente Construção de centros de gestão ambiental Permanece necessidade em todos os municípios Aconteceu mas ainda é muito deficiente, o passivo ambiental é maior que as ações realizadas. Obrigatoriedade da educação ambiental no currículo escolar.</p>

	Solos empobrecidos degradados	Adotar técnicas Conservacionistas Criar Programas de recuperação de pastagens degradadas Continua sendo necessidade em todos os municípios Criação de usinas de compostagem para produção de adubo orgânico Implementar um programa de microbacias
	Uso indiscriminado de agrotóxico e não utilização de EPI (Equipamento proteção individual) Confirmar o uso em áreas irrigadas. No sequeiro houve diminuição acentuada, exceto herbicidas.	Capacitação em saúde e segurança no trabalho Adotar práticas agroecológicas Incrementar a divulgação e fiscalização do cumprimento da legislação existente.
	Nova legislação, sobre reserva legal, mata seca Inviabiliza pequena produção	Articulação e negociações para retirada dos 20% de área remanescente do bioma mata seca Devem permanecer as articulações
<p><b>Acesso e permanência na Terra</b> Todas as ações continuam sendo necessárias</p>	Deficiente Assistência Técnica aos agricultores familiares, nas áreas de assentamentos	Negociações institucionais para aumentar número de técnicos nos escritórios de Assistência Técnica Locação de escritórios de assistência técnicas nas áreas de assentamento Houve avanços Solicitar ao Poder Público mais técnicos para atender aos agricultores familiares nas áreas de assentamentos. Técnicos qualificados e que possuam conscientização profissional. Melhor capacitação técnica para atuação neste contexto.
	Questão fundiária, famílias sem acesso a terra. Dificuldade de acesso ao técnico do incra	Agilizar programas de Reforma Agrária para aquisição de terras Realizar diagnóstico em assentamentos e acampamentos para planejamento ações Constituição de fórum permanente para discussão e agilização das questões de reforma agrária. Agilizar o processo de regularização dos territórios tradicionais (Quilombolas)

	Assentados com problemas de inadimplências nos agentes financeiros oficiais	Negociação e articulação junto aos agentes financeiros para regularização das dívidas Houve avanços, porém é preciso efetivar uma política de crédito nacional.
	Assentados sem vocação para agricultura ou que estão retornando para o meio rural	Trabalhar critérios de seleção para ingresso nos programas de reforma agrária Capacitação em tecnologia de produção (deve ser continuada)
<b>Promoção e Valorização da cultura do Território</b>	Desvalorização da cultura, tradição e valores	Resgate da cultura, valores e tradições locais com organização de festas religiosas Resgate das tradições dos grupos Quilombolas e Gortubanos Resgate do artesanato e da culinária local Houve avanços, é preciso de mais recursos para investir na cultura e capacitação. Mais recurso para investir na cultura e capacitação Incluir preservação do patrimônio histórico da região Divulgação do turismo regional
	Inaproveitamento de áreas ambientais, passíveis de preservação, a partir de programas que gerem renda O turismo na região é pouco divulgado Avanço: Criação da Associação do Circuito Turístico da Serra Geral e implementação de ações correlatas	Articulação, mobilização e negociação para elaboração de projeto/programa de Turismo Rural Implantação circuito da Serra Geral de turismo rural e gastronômico Realização de seminário Regional de Turismo Realização de eventos, valorizando a culinária e o Folclore do Território Abertura dos parques para visitação
<b>Capacitação</b>	Deficiência na execução das atividades na cadeia produtiva	Capacitação em : Meio ambiente; Artesanato; Doma de animais; Tecnologia de produção; Apicultura; Corte e costura; Manejo de gado leiteiro; Gestão de associações; Cursos de informática; Comercialização e gerenciamento; Piscicultura; Ovinocultura; Caprinocultura; Produção de cosméticos; Missão Técnica; extrativismo. Consciência do produtor para ser capacitado

		Capacitação em turismo e turismo rural Capacitação em inspeção sanitária Sugestão Leopoldo: parceria com SEBRAE e Senar
<p><b>Educação</b> Houve avanço Conhecimento restrito de alguns participantes sobre esse eixo</p>	<p>Dificuldade de acesso a escolas de nível superior, devido a distância Já temos várias instituições de ensino superior, mas é preciso ampliar o número de cursos. Pouca diversidade de cursos Poucos cursos na universidade pública</p>	Negociação para implantação / extensão de escola de Nível Superior
	<p>Inexistência de escolas de Segundo grau/ensino médio e/ou dificuldade de acesso devido a distância Deficiência no transporte escolar</p>	Implantação de escola de nível médio, nos aglomerados rurais
	<p>Alto índice de analfabetismo em jovens e adultos Boa atuação do EJA e do Cidadão Nota Dez no território</p>	Implantação e ampliação de programa de alfabetização de jovens e adultos
	<p>Deficiência de profissionais na área de engenharia ambiental e zootécnica Já existe o curso de ZOOTECNIA</p>	Negociação de novos cursos com a UNIMONTES
	<p>Mães impossibilitadas de trabalho para agregação de renda por ter filhos menores para cuidar</p>	Instalação de creches para crianças em horário integral Melhorou, mas permanece a demanda por novas vagas.
	<p>Alto índice de adolescentes desocupados e sem acesso a ocupação formal Permanece a demanda nos municípios.</p>	Criação da guarda mirim municipal, Adequação do PETI, com construção de sede para o programa (que programa?) Sugere-se a interação de esporte e lazer para ocupação dos adolescentes
	<p>Inexistência de escola para formação técnica</p>	Implantação escola agrotécnica e de agroindústria, Implantação de cursos profissionalizantes, Ainda não aconteceu. Permanece a demanda.

	<p>Restrito acesso a espaços de leitura e informação e informática Houve avanço VÁRIOS TELECENTROS FORAM INSTALADOS EM VÁRIOS MUNICÍPIOS E algumas bibliotecas</p>	<p>Implantação de biblioteca pública Inclusão digital</p>
	<p>Saída do aluno (jovem) do espaço rural para o urbano, sem adequação da grade curricular, provocando vazio na valorização da cultura rural. À espera do estudo da escola família agrícola. Educação no campo muito falada e pouco trabalhada.</p>	<p>Implantação de uma escola diferenciada para o meio rural, modelo da pedagogia da alternância. Apoiar as iniciativas a cerca da educação no campo Constituição de um fórum de debates para fomentar a discussão da educação diferenciada para o meio rural. Permanecem as demandas Sugestão: valorização do profissional local.</p>
<p><b>Recursos Hídricos</b></p>	<p>Insuficiência de água para abastecimento humano, consumo animal e agrícola O IGAM, a ANA e o Comitê da Bacia do Rio Verde Grande até o ano de 2010 vai implementar as metas já definidas pelo Ministério do Meio Ambiente.</p>	<p>Construção de barragens. PRECISA ACONTECER, Necessidade de ampliação Perfuração e instalação de poços tubulares. Tem acontecido, mas a demanda existente é ainda maior. Abastecimento de água, domiciliar, Implantação de rede de distribuição de água. Atendeu a algumas comunidades. Necessidade de implantar unidade de tratamento da água Bacias de captação de enxurradas. Projeto de revitalização da bacia do Rio São Francisco em nove municípios via EMATER Constituição do Comitê de Bacia do Rio Gorutuba. NÃO há informação a respeito Precisa maior capacitação e conscientização da população e ampliação das ações</p>
	<p>Consumo de água de má qualidade</p>	<p>Construção de cisternas de captação de água de chuvas Aquisição de dessalinizadores. Melhoria significativa com demanda de continuidade</p>

	Desperdício de água potável	Adotar práticas de uso racional da água Capacitação e Gerenciamento de Recursos Hídricos Necessidade de trabalhos de conscientização
<b>Geração e diversificação de renda convivência com o semi-árido</b>	Falta de alimento para o gado na época de estiagem Permanece a limitação	Incentivo a produção de silagem e feno Construção de fábrica de ração Busca de tecnologia existente de convivência com problema de estiagem
	Necessidade de cumprir portaria do Ministério da Agricultura (granelização do leite)	Aquisição de tanques de expansão Comunitários Aquisição de máquinas de pasteurização do leite
	Deficiência alimentar e nutricional das famílias de agricultores familiares	Implantação de um programa de produção de alimentos básicos, com campo de sementes, adubos e mudas, para instalação de pomares, hortas, lavouras, Criação de pequenos animais, como peixe, abelhas, suínos e aves Agilizar e atualizar cadastramento social para recebimento do Bolsa Família Implantação do programa Minas sem Fome; Aumentar a demanda do Programa Minas sem fome para atender as famílias dos agricultores
	Baixo preço alcançado pelos produtos in natura, em determinado período do ano, devido a excesso de produção.	Implantação e/ou reforma de unidade de processamento de: Mandioca, Leite, Cana, Temperos/condimentos Frutas, Milho, Beneficiamento de cereais Implantação do SUASA nos municípios - individual ou coletivo
<b>Geração e diversificação de renda convivência com o semi-árido</b>	Mão de obra familiar ociosa em determinado período do ano e o não aproveitamento da meteria prima existente	Implantação de unidade de produção de; Vassouras, Tijolos (cerâmica), confecções Agregação de valor ao algodão, artesanato Implantação de programas de frentes de trabalho Divulgação do Programa P1+2 Potencializar a comercialização

	Desvalorização do extrativismo local	Adotar práticas de agro - extrativismo, explorando frutos nativos do Caatinga/Cerrado Realizar estudos do bioma Caatinga/Cerrado Intercâmbio com experiências positivas de redes de comercialização de produtos do cerrado Incrementar tecnologias de transformação e comercialização dos produtos do Caatinga/Cerrado Implementar uma linha de produção de sementes crioulas para a Agricultura familiar atendendo a demanda dos Programas do governo
<b>Participação Política</b>	Fragilidade organizacional das entidades dos agricultores familiares	Capacitação em metodologia organizacional e gestão de associações e projetos coletivos Incrementar o associativismo e cooperativismo no Território Aprovação pelo Legislativo que no mínimo 2% do orçamento municipal seja investido na AF Dinamizar o consórcio União Geral Criar o CONSAD com caráter de consórcio público.
	Inexistência de recursos para custeio de despesas de conselheiros do CMDRS, dificultando a participação em reuniões e eventos e Centralização das reuniões e ações dos CMDRS na sede dos municípios.	Negociação com articuladores das políticas públicas – PRONAF/PRONAT, para reembolso de despesas de custeio de viagens dos conselheiros não acontece atualmente Descentralizar os trabalhos do CMDRS com reuniões nas comunidades
	Descapitalização das comunidades para implantação de infra-estruturas de produção Houve melhoria com o PCPR e outros	Negociação de verbas sem necessidade de reembolso para investimentos nas comunidades
	Deficiência no atendimento do transporte coletivo	Melhoria do transporte coletivo com implantação de mais linhas de ônibus e horário Melhoria na implementação do transporte, mas é necessária a melhoria dos acessos e os veículos

	<p>Acesso ao crédito rural dificultado por questões de inadimplência  <b>PROBLEMA:</b> dificuldade de acesso ao crédito devido a burocracia dos agentes financeiros</p>	<p>Negociação de dívidas dos agricultores familiares                  Necessidade de intensificar as negociações das dívidas contraídas até 2001</p>
	<p>Alto índice de roubos em propriedades rurais</p>	<p>Reforçar policiamento e a patrulha rural                  Instalação de posto policial nas comunidades/distritos</p>

### **Projetos estratégicos e seus objetivos**

Com base na análise dos eixos, expressamos agora os projetos estratégicos, com objetivos e metas, bem como o eixo a que se relaciona, para buscarmos os acordos, através do PTDRS, que viabilizem cada uma dessas ações estratégicas na forma de projetos a ser implantados nos próximos anos, desde já.

- Projeto de Construção Viva da Cidadania

Eixo: Meio Ambiente e Saneamento

Objetivo: Capacitação da consciência ambiental

Metas: Preparar instituições com capacitação- Coleta seletiva; Recuperação e manutenção das APPs (áreas de preservação permanente) e outras áreas degradadas; Criação de campanhas de reciclagem de lixo (biodegradável e não biodegradável); Preparação de agentes educativos (formação de agentes de educação ambiental); construção de módulos sanitários; Capacitação e implantação de biodigestor; Preparação de agente educativo para combater a poluição ambiental e aproveitamento dos recursos naturais (água potável, irrigação com água da chuva e outras fontes de captação)

- Projeto Vida pela vida

Eixo Meio Ambiente e Saneamento

Objetivo: Melhoria real da qualidade de vida

Meta1: Criação de um fundo (\$) para gestão de problemas (passivo sócio-ambiental) ambientais (ex FHIDRO).

Meta2: Coleta seletiva: lixo seco e lixo orgânico (usina de compostagem); conscientização; usinas de reciclagem intermunicipal.

Meta3: Recuperação, manutenção e revitalização de APPs e outras áreas.

Meta4: Saneamento rural e urbano, tratamento de água e de dejetos; água potável para consumo humano.

Meta5: Construção de cisternas; açudes; barraginhas; divulgação do projeto P1+2 e 1MC.

Meta6: incentivo a preservação das áreas de reserva legal.

- Fortalecimento institucional de entidades representativa de agricultores e agricultoras familiares do TC Serra Geral

Eixo: Participação Política

Objetivo: Fortalecer institucionalmente os CMDRS, STRs, do TC Serra Geral

Meta: curso de formação com 2 módulos de 3 dias x 8hs para capacitar conselheiros/as dos CMDRS / Colegiado Territorial e diretores/as dos STRs

- Projeto Incremento do Cooperativismo e Associativismo no TC Serra Geral

Eixo: Participação Política

Objetivo: Incrementar o Associativismo e Cooperativismo no TC

Metas: Realizar curso de formação de 1 módulo, 3dias x 8hs em metodologia organizacional e gestão de associações/cooperativas e projetos coletivos; Capacitar em elaboração de projetos.

- Projeto de Apoio a Organização Produtiva das Mulheres

Eixo: Participação Política

Objetivo: Apoio financeiro e organizacional de grupos produtivos formais e informais de mulheres rurais e urbanas do TC Serra Geral

Metas: Apoiar 6 grupos produtivos de mulheres sendo rurais e urbanas; Realizar processos de formação e organização com as mulheres dos grupos.

- Projeto Sustentabilidade Quilombola

Eixo: Participação Política

Objetivo: Viabilizar condições de acesso e permanência dos quilombolas em seus territórios tradicionais

Metas: Apoiar juridicamente a regularização dos territórios quilombolas; Apoiar na elaboração de projetos de captação de recursos para o incremento da produção visando a segurança alimentar e geração de renda

- Projeto de Capacitação e gestão do colegiado territorial

Eixo: Participação Política

Objetivo: Capacitar os membros do colegiado territorial e suas instancias

Meta: Realizar o curso de capacitação e gestão de colegiado para o TC Serra Geral

- Projeto Escola família agrícola do TC Serra Geral/ Pedagogia da Alternância

Eixo: Educação E Participação Política

Objetivo: Viabilizar a implantação da EFA- Serra Geral

Meta: Formar a comissão Pro-EFA Serra Geral constituída pela sociedade civil e poder publico; Criar associação EFA; Elaborar projeto EFA; Capacidade de formação de 70 alunos por ano em cada escola. Sugestão 4 escolas pilotos nos municípios de Jaíba, Porteirinha, Catuti e Mamonas (perfil rural) e posterior disseminação para as demais cidades do território.

- Projeto de Educação de jovens

#### Eixo: Educação

Objetivo: Capacitar jovens rurais visando sua inserção em projetos produtivos, sociais e ambientais de forma complementar e que os mesmos assumam o protagonismo na construção do desenvolvimento rural sustentável em suas comunidades

Metas: Mobilização, sensibilização e participação dos jovens em discussão do conteúdo programático e calendário de atividades; Conceitualização dos jovens rurais da importância da utilização do Pronaf no sentido de que este programa representa uma das alternativas que podem viabilizar os projetos profissionalizantes que os jovens elaborarão na conclusão do curso; Capacitar jovens na elaboração de projetos voltados para agroindústria familiar, metodologias participativas, atividades agroecológicas e transição para agricultura de base ecológica; Capacitação dos jovens para formação e gestão de grupos de interesse (associação, cooperativa, outros)

- Projeto de Adequação na grade curricular nas escolas rurais para alunos do 5º ao 9º ano (antiga 4ª a 8ª)

#### Eixo: Educação

Objetivo: Valorização do meio rural e das práticas culturais através da adequação curricular do ensino fundamental

Metas: Encaminhar documentos a secretaria da Educação sugerindo a adequação na grade curricular com disciplinas que valorize as práticas do meio rural; Formação ou contratação de profissionais para disciplinas afins.

- Projeto de Agricultura familiar no contexto sociocultural da região semi-árida

#### Eixo Cultura

Objetivo: Resgatar os valores culturais da agricultura familiar garantindo seu bem estar social e econômico respeitando os recursos naturais existentes

Metas: comunidades rurais com organização social constituída e fortalecida, participando do poder de decisão; criação de espaço para realização de praticas de esporte e lazer; Incentivo a produção e ao consumo de produtos orgânicos; qualificação do produto da agricultura para ser competitivo no mercado; diversificação da produção para promover a segurança alimentar; resgate das festas juninas, folia de reis, festas regionais; criar um espaço para que as famílias possam desenvolver suas habilidades culinárias realizando concursos de pratos típicos.

- Projeto Como vencer a adversidade

Eixo: Convivência Com O Semi-Árido- Pesquisa

Objetivo: Apresentar alternativas de melhor convivência com a seca para geração de emprego e renda e melhoria das condições de vida dos/as AF do TC

Metas: Levantamento envolvendo todas as dimensões para diagnosticar a necessidade da pesquisa; Realização de pesquisas no TC; Divulgação das pesquisas; Facilitar a implantação das pesquisas

- Projeto Legalização de posse de áreas dos agricultores familiares, assentados e acampados

Eixo: Convivência Com O Semi-Árido – Acesso A Terra

Objetivo: Legalizar as posses de áreas dos agricultores/as familiares e acampados/as que não possuem a titulação das terras nos municípios do território da Serra Geral para facilitar a inclusão das políticas públicas

Metas: Levantamento do no de agricultores que não possuem a titulação das terras nos 16 municípios do TC; Encaminhamento do levantamento as autoridades competentes; Legalização das áreas de posse do TCSG; Facilitação de acesso ao credito para AF, assentados/as e acampados/as.

- Projeto Estratégia de convivência com a seca

Eixo: Convivência com O Semi-Árido- Recursos Hídricos

Objetivo: Minimizar o efeito da seca no TC com a finalidade de melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares no semi-árido

Metas: Levantamento das unidades de produção dos agricultores familiares do TC para conhecer melhor as necessidades e potencialidades; Socialização das necessidades e potencialidades do TC; Sensibilização de todos os segmentos sociais envolvidos no TC para implantação de práticas de convivência com o semi árido; Implantação de práticas de convivência com a seca.

- Projeto Saúde em primeiro lugar

Eixo: Saúde

Objetivos: Formação de profissionais de acordo com a realidade da região; Ampliar e melhorar o atendimento; Suprir as necessidades no atendimento em varias áreas da saúde

Metas: Implantação de escolas especializadas na área dentro do território; Criação de um convênio do TC oferecendo oportunidade principalmente para jovens filhos de agricultores; Apoio com estrutura durante o período de formação; Incentivar a criação de uma UTI no TC

- Projeto Saúde Móvel

Eixo: Saúde

Objetivo: Fazer com que a saúde chegue nas localidades de difícil acesso

Metas: Fazer contatos com universidade; Buscar apoio político dos governantes (federal, estadual e municipal); Fazer pesquisas sobre as doenças mais freqüentes na localidade; Resgatar o programa de saúde – internato rural

- Projeto Medicina Alternativa

Eixo: Saúde

Objetivo: Resgatar o uso de remédios naturais e fitoterápicos

Metas: Incentivar e conscientizar sobre o uso de remédios naturais; Fazer contato com entidades que já trabalham no ramo; Buscar recursos para trabalhar

### **Organização do Colegiado Territorial**

Segundo o PTDRS (2005), as principais instituições e atores sociais interessados no Desenvolvimento Territorial, além das 16 Prefeituras Municipais (Manga, Espinosa, Mamonas, Monte Azul, Gameleiras, Mato Verde, Catuti, Serranópolis de Minas Gerais, Porteirinha, Pai Pedro, Nova Porteirinha, Janaúba, Verdelândia, Jaíba, Riacho dos Machados, Matias Cardoso) eram:

ONGs: Centro de Agricultura Alternativa (CAA); Instituto Nacional de Proteção ao Meio Ambiente – INPAMA (Superintendência Estadual/Janauba); Associação Ecológica Vale do Gortuba (Grupo Aroeira/Janauba); Grupo Ecológico de Monte Azul (GEAMOÁ/Monte Azul); Grupo Cultural Arraiá do Fôia Seca (Janauba); Associação Cultural de Janauba (Janauba); Sociedade Amigos do Rio Verde (Jaíba); Associação dos Protetores da Ilha do Caiçara (Janauba); Serrado Trail Clube (Porteirinha); Kuruatuba; Agencia para o Desenvolvimento Local de Janauba – ADELJAN; Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Porteirinha – IDS; Agencia de Desenvolvimento de Nova Porteirinha - ADENOP

Conselhos/comitês: Conselho Municipal de Meio Ambiente: Catuti, Gameleiras, Jaíba, Janauba, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteirinha, Porteirinha; Conselho Municipal de Turismo: Janauba; Conselho Municipal de Assistência Social: Catuti, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Janauba, Mamonas, Manga, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas e Verdelândia; Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente: Catuti, Janauba, Mamonas, Mato Verde, Monte Azul, Pai Pedro, Porteirinha; Conselho Municipal de Saúde: Catuti, Espinosa, Jaíba, Janauba, Mamonas, Manga, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados, Serranópolis

de Minas e Verdelândia; Conselho Municipal de Educação: Catuti, Espinosa, Jaíba, Janauba, Mamonas, Manga, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Nova Porteirinha, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas e Verdelândia; Conselho Tutelar: Catuti, Espinosa, Janauba, Mamonas, Mato Verde, Monte Azul, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados; Comissão Municipal de Defesa Civil: Mato Verde, Nova Porteirinha, Janauba, Porteirinha; Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural: Janauba, Mato Verde, Monte Azul; Comissão Municipal de Emprego e Renda: Espinosa, Mato Verde, Monte Azul, Porteirinha; Comissão Intermunicipal de Emprego e Renda: Janauba, Nova Porteirinha, Verdelândia, Jaíba e Matias Cardoso; Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável: Catuti, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Janauba, Mamonas, Manga, Matias Cardoso, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas, Verdelândia; Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle do FUNDEF: Janauba, porteirinha; Conselho Municipal de Alimentação Escolar: Janaúba, Manga, Monte Azul, Porteirinha; Conselho Social de Segurança Pública: Janaúba; Conselho Municipal de Acompanhamento Social do Programa de Garantia de Renda Mínima: Monte Azul.

Cooperativas: CREDIGERAIS (Cooperativa de Crédito / Janauba); CRESCER (Cooperativa de Pequenos Produtores de Laticínios / Porteirinha); CRISTAL (Cooperativa de Pequenos Produtores de Laticínios / Riacho dos Machados); COOPSERTA (Cooperativa de Trabalhadores Rurais / Janauba/Nova Porteirinha); CREDIVAG (Cooperativa de Crédito / Janauba); COOFRUT (Cooperativa de Pequenos Fruticultores / Nova Porteirinha); COOPERCAN (Cooperativa de Pequenos Produtores de Cachaça / Nova Porteirinha); COOPESPE (Cooperativa de Produtores Rurais / Espinosa); COOJAIBA (Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais / Jaíba); COOPEMA (Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais / Mamonas); *COORAIZ (Cooperativa dos Produtores Rurais da Comunidade de Barreiro da Raiz).*

## **A Gestão Social do PTDRS**

O nosso Plano Territorial será gerido através de uma organização colegiada que partirá dos seguintes pontos:

- Sugerir aos gestores públicos a utilização do PTDRS como ferramenta de planejamento e gestão do município.
- Observar o que é comum nos PMDRS e inserir no PTDRS.
- Criar Câmaras Temáticas para acompanhamento da execução dos projetos.
- Criar Núcleo Técnico para elaboração dos Projetos.
- Criar assessoria de comunicação no Colegiado para divulgação em rádios, jornais e outras mídias.
- Capacitação do Núcleo Diretivo do Território para a Conclusão do PTDRS, para conhecer os meios e mecanismos para interagir em diversos setores do governo, facilitando o acesso as informações e viabilizando a captação de recursos que possam beneficiar os 16 municípios.
- O Núcleo Diretivo deverá propor reuniões específicas com Prefeitos, Deputados, MDA e outros para que todas as ações apontadas sejam realizadas.
- Convocação de uma Assembléia Geral do Colegiado Territorial para avaliar e reestruturar garantindo o bom funcionamento dos trabalhos;
- Deixar em aberto o documento para emendas que possam ser contempladas
- Criar uma Câmara temática para acompanhar e auxiliar na gestão do PTDRS
- Garantir que o Regimento Interno seja aplicado e estimule a participação dos membros do Colegiado

### **Estratégia de Apropriação e Divulgação do Plano Territorial**

Para a estratégia de divulgação do PTDRS, pode-se pensar num Evento de lançamento, com a produção do material a ser publicado, que possui recursos assegurados nesta fase de qualificação do PTDRS. É importante tornar o

documento conhecido e incorporado ao Território como um todo, atentando-se para sua estrutura, tamanho, conteúdo e linguagem, mais adaptadas ao público envolvido, buscando a discussão do Plano Territorial nas instâncias locais, em cada município. A maioria dos PTDRS não explicita uma estratégia de divulgação do mesmo, mas ela é importante, pois, dá visibilidade ao documento, comprometendo os atores sociais. (PTDRSS, 2009).

Nesse sentido propomos especificamente os seguintes pontos:

- Reuniões com Conselhos, Associações, Sindicatos e Prefeitura para divulgação do Território da Cidadania Serra Geral e apresentação do Plano de Territorial
- Realizar oficina para que o Colegiado conheça e se aproprie do documento Qualificado /PTDRS na íntegra e possa divulgar e executar as ações de forma descentralizada, mas fieis as propostas.
- Sensibilizar as pessoas envolvidas através de oficinas municipais para que todos sejam beneficiados
- Usar o meio de comunicação, municipal para divulgar as ações do território, além de cartazes, panfletos distribuídos em Associações, Emater e demais entidades competentes envolvidas diretamente no Plano de trabalho.
- Divulgação do PTDRS as Câmaras de Vereadores, sindicatos, CMDRS, CODEMA, Conselhos de Saúde e outras entidades.
- Impressão e distribuição do PTDRS aos atores e atrizes locais.
- Fornecer cópias do PTDRS aos municípios e instituições facilitando o controle social e a avaliação de todos
- Divulgar para as representações dos 16 municípios as necessidades da Agricultura Familiar, com vista a transformação da nossa realidade. Através do Núcleo Diretivo do Território, formalizar o Plano em Conferencias e Audiências Publicas convocar as representações das esferas de Governo e homologar programas e locação de recursos.

- Promover uma reunião com o poder público (Consórcio União Geral) para que possam conhecer o PTDRS e assumir compromisso para sua execução.
- Realizar uma Conferencia Municipal com participação dos membros do colegiado, CMDRS, Prefeitura e suas Secretarias, Sindicatos, Organizações Sociais para divulgar, mobilizar e comprometer diversos atores na execução do Plano.
- Convocar uma assembléia do Colegiado com a Presença dos 16 Prefeitos e estendida aos deputados e representantes do poder público e sociedade civil nas esferas municipal, estadual e federal para apresentação do PTDRS.
- Cada participante do processo de qualificação do PTDRS contribua na mobilização e divulgação em seu município.
- Apresentar o Plano para os CMDRS dos 16 municípios e garantir o apoio dos Conselheiros.

## **Fontes de Referência para construção participativa do PTDRS**

Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Disponível na <http://www.pnud.org.br/atlas/>

FAVARETO, Arilson; Magalhães, Reginaldo; Demarco, Diogo e Brancher, Paulo. Indicadores de desenvolvimento – balanço da produção existente e notas Metodológicas para um Sistema de Indicadores Analíticos de Desenvolvimento Territorial. Escola Sindical São Paulo: São Paulo, 2005

GESTAR – Projeto de Gestão Ambiental Rural Serra Geral (MG). Ministério do Meio Ambiente – MMA; Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável SDS; Organização Das Nações Unidas Para a Agricultura e Alimentação – FAO; Centro de Agricultura Alternativa do Norte De Minas CAA/NM. Convênio FAO (ONU)/MMA UTF/BRA/060. Produto 2 Volume I. Relatório Conclusivo da Avaliação Ambiental Integrada. Montes Claros – MG, Janeiro de 2006. 264p.

EP - Estudo Propositivo para Dinamização Econômica para o Território Rural Serra Geral. SDT/MDA. 2006. 101 pág.

GUIA de Orientações Gerais Para a Elaboração e Qualificação do PTDRS, Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais / SDT-MDA, Brasília: 2010. 42 p.

Plano Safra Territorial (PST): Território Serra Geral. Plural Cooperativa -SDT-MDA /, 2007. pág.

PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO VALE DO RIO GURUTUBA E VERDE GRANDE, documento arquivos do Colegiado Territorial, s/d.

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Serra Geral: documento provisório / Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais. Janaúba – MG, outubro de 2005. 60 pág.

PTDRSS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Território Caparaó (ES): Consórcio Caparaó / MDA, contrato de repasse 0171020-39/2004: Caparaó (ES) /Alexandre José Firme-Vieira, novembro de 2009. 70 pág.

Relatório de Qualificação - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território Serra Geral: subsídio às discussões do colegiado territorial / Plural Cooperativa convênio 013/2005. São Paulo-SP/ Paulo César Brancher, novembro de 2006. 20 pág.

Relatório da I Oficina de Qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território Serra Geral / Alexei Bastiere e Paula Pereira Libório, Janaúba – MG, Janaúba – MG, março de 2010.

Relatório da II Oficina de Qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território Serra Geral / Alexei Bastiere e Paula Pereira Libório, Porteirinha – MG, abril de 2010.

Relatório da III Oficina de Qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território Serra Geral / Alexei Bastiere e Paula Pereira Libório, Janaúba – MG, julho de 2010.

Relatório da Oficina de Validação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território Serra Geral / Alexei Bastiere e Paula Pereira Libório. Monte Azul – MG, agosto de 2010.

# **ANEXOS**

## **ANEXO: Regimento Interno, em fase de construção e apropriação pelo Colegiado Territorial**

### **CAPITULO I - Da Constituição**

Art. 1º O Território da Serra Geral, constituído no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA e aprovado em Setembro de 2003 pelo Conselho Estadual de desenvolvimento Rural Sustentável CEDRS, é um espaço de participação, discussão, proposição, deliberação, implantação, gestão e controle social das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável que tem funcionamento permanente e será regido por este Regimento Interno e pelas normas aplicáveis.

Parágrafo único: Os municípios que compõem o Território da Serra Geral são: **Catuti, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Mamonas, Manga, Matias Cardoso, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas, Verdelandia.**

### **CAPITULO II - Dos Objetivos**

Art.2º. – O Território da Serra Geral tem os seguintes objetivos:

- I- Fomentar o Desenvolvimento Rural Sustentável do Território através do apoio a organização e ao fortalecimento institucional dos atores sociais locais;
- II- Promover a gestão participativa e o controle social das políticas de desenvolvimento rural sustentável e o fortalecimento da agricultura familiar
- III- Elaborar, programar, monitorar, e aperfeiçoar o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável com vistas ao desenvolvimento rural com equidade;
- IV- Promover a elaboração das agendas de prioridades em diferentes espaços políticos, bem como a seleção de projetos a serem implementados em cada fase do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais;
- V- Formular e adequar políticas públicas e iniciativas locais às potencialidades e demandas do Território;
- VI- Promover a implementação e integração de políticas públicas nos níveis, municipal, estadual e federal.
- VII- Fiscalizar, acompanhar e garantir a aplicação adequada dos recursos do Território;
- VIII- Fortalecer os Conselhos Municipais de desenvolvimento Rural e motivar a formação dos conselheiros.

### **CAPITULO III - Dos Princípios Orientativos**

Art.3º. Na implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT, o Território da Serra Geral se orientará pelos seguintes princípios:

- I. A participação efetiva de diferentes atores sociais no âmbito da Agricultura Familiar;
- II. A construção Coletiva do conhecimento;
- III. O respeito à equidade e à diversidade sócio-cultural;
- IV. A promoção da solidariedade, justiça e da inclusão social;
- V. O resgate do sentimento de identificação Histórico-Cultural, étnico e racial;
- VI. A promoção da gestão e do controle social das Políticas Públicas;
- VII. A disseminação de práticas agro-ecológicas e gestão ambiental através da educação, capacitação e formação social;
- VIII. O respeito mútuo nas relações de gênero;
- IX. O respeito e estímulo à auto-organização e à representatividade dos agricultores e agricultoras;
- X. O fortalecimento de ações que promovam a segurança alimentar e nutricional;
- XI. A promoção de Educação adequada à realidade do campo;
- XII. A efetiva participação dos atores nas intervenções que possam causar impactos ambientais.

Parágrafo único: O foco das ações e projetos Territoriais deve ser para atender e fortalecer a Agricultura Familiar bem como as suas organizações e manifestações.

### **CAPITULO IV - Das Instancias Territoriais**

Art.4º. O Território da Serra Geral é composto por:

- I. Colegiado de Desenvolvimento Territorial
- II. Núcleo Diretivo
- III. Núcleo Técnico

Art.5º. O Núcleo Diretivo definirá pela criação de uma equipe Técnica de estudos e formulação de projetos.

### **CAPITULO V Do Colegiado de Desenvolvimento Territorial**

Art.6º. O Colegiado de Desenvolvimento Territorial é o nível deliberativo máximo e tem como atribuições:

- Orientar a condução dos programas, projetos e planos, com base em diretrizes e objetivos gerais estabelecidos pelas políticas públicas e programas governamentais e não governamentais nos níveis federal, estadual e municipal de acordo com a realidade local;
- Definir prioridades e deliberar sobre a proposição e execução de projetos bem como acompanhar e fiscalizar a execução dos mesmos;

## Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Serra Geral (MG)

- Deliberar sobre a avaliação, inclusão e desligamento de atores sociais ao Núcleo Diretivo;
- Zelar pelo cumprimento e alterar sempre que necessário este regimento interno;
- Estabelecer de acordo com a lei vigente, critérios gerais para uso dos bens públicos adquiridos com o objetivo de atender a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural sustentável;
- Deliberar sobre questões encaminhadas pelo Núcleo Diretivo;
- Receber as propostas de inclusão e/ou exclusão de municípios no Território e deliberar sobre elas.
- Conceber o Território Rural como uma unidade de planejamento participativo e gestão social, tendo como base o diagnóstico e Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS elaborado, garantindo a flexibilidade para os ajustes pertinentes de acordo com as deliberações da Plenária Territorial;
- Apoiar e garantir a implementação e gestão dos planos municipais, do PTDRS e dos projetos específicos a serem implantados;
- Criar mecanismos de monitoramento e avaliação das ações incluídas no PTDRS, de forma a efetivar um processo de revisão e de aperfeiçoamento do mesmo;
- Promover a articulação entre as demandas sociais, selecionadas por consenso como de caráter territorial, e que contemplem as prioridades definidas pelo PTDRS e as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar;
- Viabilizar a divulgação interna e externa das potencialidades, demandas e ações desenvolvidas no território;
- Construir e propor soluções para a dinamização cultural, social e econômica do território;
- Divulgar as ações e políticas, de modo a evitar clientelismo e o corporativismo que levam à apropriação restrita das políticas públicas em detrimento do interesse público;
- Apoiar efetivamente a realização das reuniões, oficinas, encontros, seminários e outros, visando ampliar e consolidar a participação da população rural nas decisões do Território;
- Incentivar e acompanhar a criação, reformulação, organização e funcionamento dos CMDRS em todos os municípios;
- Decidir sobre a alteração e readequação de projetos com o parecer dos CMDRS.

Parágrafo único: É vedada a discriminação de qualquer ator social que compõe a organização do Território, observando-se os critérios estabelecidos neste regimento.

**Art.7º.** O Colegiado de Desenvolvimento Territorial será constituído por 3 (três) representantes de cada município que compõe o território, sendo 1(um/a) representante do Poder Público Municipal ligado à agricultura e indicado pelo Executivo Municipal, 1 (um) representante da sociedade civil organizada 1 (um) representante da agricultura familiar indicados pelo CMDRS, mais as seguintes entidades de atuação regional: **CARITAS, CAA, UNIAOGERAL, FUNVALE, EMATER MG, IDENE, BANCO DO NORDESTE, Cooperativas de Pequenos Produtores, Associação Quilombolas, Assentamentos.**

Parágrafo primeiro: Todos os participantes deverão residir nos municípios que compõem o Território Serra Geral

Parágrafo segundo: Todos os (as) representantes da agricultura familiar deverão estar inseridos em organizações de agricultura familiar tais como; CMDRS, sindicatos, associações rurais,

Assentamentos, dentre outros e ser indicado formalmente pela respectiva instituição.

Parágrafo segundo: O prazo de mandato dos (as) representantes será de 2 anos, podendo ser prorrogável por igual período.

Parágrafo terceiro: As instituições que não cumprirem com os princípios propostos neste regimento poderão ser desligadas do Colegiado Territorial.

Parágrafo quarto: Para inclusão de novos atores, recomenda-se que os (as) representantes estejam familiarizados (as) com as discussões do Território.

**Art.8º.** Para desligamento de uma instituição/representação que compõe o Colegiado Territorial deverão ser considerados como critérios:

- A partir de 2 (duas) faltas consecutivas sem justificativa a instituição será advertida pelo Núcleo Diretivo, que informará os critérios deste;
- Caso a instituição não se manifeste até a data da reunião seguinte a mesma estará automaticamente desligada do Colegiado.

**Art.9º.** Para inclusão de novas Instituições no Colegiado de Desenvolvimento Territorial e no Núcleo Diretivo, deverá ser considerada sua participação nos eventos e atividades do Território, por um período de no mínimo 1 (um) ano e a decisão deverá ser precedida de avaliação.

**Art.10.** O Colegiado de Desenvolvimento Territorial se reunirá semestralmente no decorrer do ano e extraordinariamente quando necessário.

**Art.11.** As reuniões do Colegiado serão convocadas pelo Núcleo Diretivo através de ofício contendo a pauta, postado via correio, e-mail e outros meios possíveis com no mínimo 10(dez) dias de antecedência, para reunião ordinária e até 7(sete) dias para as extraordinárias.

Parágrafo único: o colegiado poderá ser convocado de forma extraordinária pelo Núcleo Diretivo ou por 1/3 dos seus membros.

**Art.12.** As deliberações do Colegiado de Desenvolvimento Territorial somente serão levadas a efeito com a presença da maioria simples dos seus membros e por decisão da maioria simples (metade mais um) dos presentes na reunião.

**Art. 13.** O colegiado será coordenado pelo Núcleo Diretivo.

## Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Serra Geral (MG)

### CAPÍTULO VI

#### Do Núcleo Diretivo

Art.14 – O Núcleo Diretivo é Nível Decisório Gerencial dos programas, projetos e planos e está incumbido das seguintes atribuições:

- I. Sensibilizar, mobilizar e estabelecer o diálogo e o comprometimento dos atores governamentais e não governamentais, da sociedade civil e da iniciativa privada que atuam no território legitimando as decisões e promovendo o envolvimento destes na implementação das ações estratégicas para o desenvolvimento territorial.
  - II. Incentivar o compartilhamento de responsabilidades e de estratégias entre os atores sociais do Território, a formação de parcerias e a atuação solidária visando a coesão social e territorial;
  - III. Promover e estimular a participação das comunidades rurais, assentamentos, sindicatos, associações rurais, acampamentos, remanescentes de quilombolas, gerazeiros, indígenas, atingidos por mineradoras e outros, no planejamento e na execução dos planos e obras de interesse da população rural do Território;
  - IV. Realizar atividades e ações deliberadas pelo Colegiado;
  - V. Coordenar, orientar e apoiar as ações do Colegiado do Território;
  - VI. Monitorar e intervir nos projetos de apoio à agricultura familiar e suas organizações com dificuldade de gestão;
- VII. Buscar a sustentação financeira do Núcleo Operacional do Território, através de projetos e parceria.

**Art.15.** O Núcleo Diretivo será formado por 07 (sete) membros titulares e 07 (sete) suplentes, todos membros do colegiado, com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período. Será constituído por representantes do poder público e da sociedade civil da agricultura familiar, e serão eleitos pelo colegiado.

Parágrafo primeiro: Os membros representantes devem estar familiarizados com as discussões do Território.

Parágrafo segundo: O Núcleo Diretivo terá um (a) coordenador (a) e um(a) secretário(a) eleitos pelo colegiado.

Art.16. As Instituições/Representações que compõem o Núcleo Diretivo devem compor o Colegiado Territorial e ter atuação em nível territorial, regional ou municipal no âmbito da agricultura familiar, sendo a indicação de seus representantes responsabilidade das próprias organizações e instituições.

Parágrafo primeiro: O Núcleo Diretivo deverá ser composto, obrigatoriamente, por maioria de representantes da sociedade civil na agricultura familiar.

Parágrafo segundo: As instituições ou representações que não cumprirem com os princípios e normas propostos neste regimento serão desligadas a critério do Colegiado de Desenvolvimento Territorial.

Art.17. A instituição que pretende pleitear a entrada no Núcleo Diretivo deverá oficializar o pedido junto ao Colegiado.

Art.18. As reuniões ordinárias do Núcleo Diretivo serão bimestrais, agendadas na primeira reunião do ano e extraordinárias sempre que necessárias, sendo convocadas pelo Coordenador com prazo mínimo de até cinco dias úteis de antecedência.

Art.19. As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo colegiado, com prazo mínimo de 48h de antecedência, com anuência de pelo menos 4 (quatro) membros do Núcleo Diretivo.

Parágrafo único: As deliberações do Núcleo Diretivo somente serão levadas a efeito com a presença da maioria simples dos seus componentes e por decisão da maioria simples dos presentes na reunião.

Art. 20. Para desligamento de uma Instituição/Representação que compõe o Núcleo Diretivo deve ser considerado o seguinte critério:

I. A partir de 2 (duas) faltas consecutivas sem justificativa, a instituição será advertida pelo Colegiado, que informará os critérios deste regimento e solicitará uma manifestação na próxima reunião do Núcleo Diretivo, sobre o interesse da entidade em seguir compondo o mesmo.

II. Caso a instituição não se manifeste até a data da reunião seguinte a mesma estará automaticamente desligada do Colegiado.

### CAPÍTULO VII

#### Do Núcleo Técnico

**Art.21.** O Núcleo Técnico como Nível Operacional será composto por um mínimo de sete entidades, com as seguintes atribuições:

- I. Oferecer o apoio técnico e administrativo às ações territoriais, dando suporte permanente ao funcionamento das instâncias e às entidades executoras na elaboração dos Planos de Trabalho e no encaminhamento da documentação junto aos órgãos competentes.
- II. Apoiar o colegiado no processo de negociação de programas, projetos e ações orientados para o desenvolvimento sustentável do território;
- III. Assessorar os arranjos institucionais que, no âmbito do território, serão responsáveis pela elaboração, implantação e operação dos projetos específicos;

## Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Serra Geral (MG)

- IV. Fazer a interlocução do Núcleo Diretivo com os Poderes Públicos Federal, Estadual, Locais e com os Movimentos Sociais
- V. Apoiar os Atores Sociais do território para garantir a gestão social dos recursos;
- VI. Participar da Promoção e organização de eventos de interesses do Território;
- VII. Redigir, encaminhar, sistematizar e arquivar os documentos relativos aos projetos aprovados pelo colegiado.
- VIII. Organizar os arquivos com a documentação do território;
- IX. Manter o Colegiado informado da implementação do programa nos municípios;
- X. Organizar a gestão financeira e a prestação de contas anual dos recursos destinados ao funcionamento do Colegiado;
- XI. Ter sistematizado e organizada a documentação do Colegiado do Território;
- XII. Participar das reuniões do Núcleo Diretivo e do Colegiado quando convocado;
- XIII. Encaminhar ao MDA as denúncias referentes à gestão e mau uso dos recursos nos municípios do Território.
- XIV. Apresentar semestralmente um relato sintético das atividades desenvolvidas.

**Art.22.** A cada ano será realizada uma avaliação do mesmo, considerando o funcionamento da equipe de trabalho.

**Parágrafo primeiro:** Os bens adquiridos com o objetivo de apoiar as instâncias territoriais deverão ser disponibilizados onde o mesmo estiver instalado.

### **CAPÍTULO VIII** **Das Disposições Gerais**

Art. 23. Este regimento só poderá ser alterado pelo Colegiado de Desenvolvimento Territorial convocado também para este fim, no que não colidir com lei maior, mediante proposta de qualquer membro e do Núcleo Diretivo e somente levado a efeito com a aprovação de dois terços dos representantes do colegiado.

Art. 24. As reuniões e suas deliberações serão registradas em livro próprio.

Art. 25. Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo Diretivo e apresentados ao Colegiado Territorial.

Parágrafo primeiro: as definições de grande relevância tomadas pelo Núcleo Diretivo deverão ser apresentadas e referendadas pelo Colegiado Territorial

Parágrafo segundo: Caberá aos membros das instâncias territoriais, divulgar os trabalhos junto às suas respectivas bases.

Art. 26. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 27. O presente regimento passa a vigorar a partir da data de sua aprovação.